

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1	
O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES	35
1.1. Precedentes vinculantes: isonomia e segurança jurídica	37
1.2. O inafastável <i>trade-off</i> do sistema de precedentes: eficiência x liberdade	40
1.3. As espécies de manifestações judiciais vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro	43
1.3.1. Decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 927, I).....	47
1.3.2. Enunciados de súmula vinculante (art. 927, II).....	50
1.3.3. Acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos (art. 927, III).....	52
1.3.4. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional (art. 927, IV)	56
1.3.5. Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais os juízes e os tribunais estiverem vinculados (art. 927, V).....	59
1.3.6. Precedente firmando a inexistência de repercussão geral e de relevância de questão federal.....	63
1.3.7. Vinculação dos prestadores de serviço concedido, permitido ou autorizado e a imposição de sanções pré-processuais.....	66
1.4. A quem compete realizar <i>superação/overruling</i> de precedente vinculante?	68
1.5. A partir de qual momento o precedente torna-se vinculante e sua inobservância passa a acarretar a sanção por litigância de má-fé?	73
1.6. Dúvidas sobre o sentido e o alcance dos precedentes impedem a fixação de multa por litigância de má-fé?	84

1.7. A litigância de má-fé caracteriza-se pela inobservância da tese ou da <i>ratio decidendi</i> ?	90
1.8. Descumprimento de precedentes pelo próprio Poder Judiciário: a <i>judicância insubordinada</i>	97

2

A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ **105**

2.1. Sistematização e classificação dos ilícitos processuais: enquadramento da postulação contra precedentes vinculantes.....	107
2.2. Distinguindo a litigância de má-fé do abuso do processo, do ato atentatório contra a dignidade da justiça e da litigância predatória	112
2.3. A configuração da litigância de má-fé exige a demonstração de elemento subjetivo?.....	118
2.4. Indo além do recurso interposto com intuito manifestamente protelatório.	134
2.5. É necessária a demonstração da ocorrência de dano para a caracterização da litigância de má-fé?	137
2.6. O significado da expressão “arcar com os honorários advocatícios” no art. 81 do CPC	143
2.7. É possível cumular a multa por litigância de má-fé prevista no art. 81 com outras penalidades previstas em lei?	148
2.8. Meios de impugnação da decisão que impõe multa por litigância de má-fé	150
2.9. Regime de cumprimento da multa por litigância de má-fé.....	152

3

A POSTULAÇÃO CONTRA PRECEDENTES VINCULANTES E A CONFIGURAÇÃO DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ **159**

3.1. Em quais hipóteses a postulação contra precedentes vinculantes configura litigância de má-fé?	162
3.2. A alegação de superação com base em argumentos não enfrentados no acórdão paradigma impede a punição por litigância de má-fé?	169
3.3. É necessária a prévia intimação da parte antes de aplicar-se multa por litigância de má-fé?.....	176
3.4. Qual(is) dispositivo(s) da litigância de má-fé no CPC embasa(m) a punição por postulação contra precedentes obrigatórios?	179
3.5. A interposição de recurso com cabimento previsto no ordenamento pode servir de escudo à punição por litigância de má-fé?.....	187
3.6. Análise dos Temas Repetitivos nº 434 e 1.201/STJ	191
3.7. Precedentes do STJ favoráveis à configuração da litigância de má-fé na postulação contra precedentes vinculantes.....	201
3.8. A regra da “candura perante a Corte” (<i>candor toward the Court</i>): há dever	

das partes de apresentar precedentes contrários às suas postulações?	206
3.9. É possível a configuração da litigância de má-fé caso o precedente surja após a propositura da demanda (para o autor) ou a apresentação da defesa (para o réu)?	212
3.10. As diferenças práticas na alegação de distinção e superação no que tange à configuração da litigância de má-fé.....	215
3.11. Consequências processuais diversas da multa na postulação contra precedentes vinculantes	220
3.12. Recursos protelatórios: certificação do trânsito em julgado e perda do direito de recorrer.....	223
4	
PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO NA REGULAMENTAÇÃO E NA INTERPRETAÇÃO DO TEMA	227
4.1. Alteração do beneficiário da multa: o fundo de aparelhamento do Poder Judiciário em substituição à parte adversa.....	234
4.2. Possibilidade de responsabilização dos operadores do direito pela litigância de má-fé	241
4.3. Elevação do valor da multa prevista no art. 81 do CPC	255
4.4. Multa por litigância de má-fé em ações penais	259
4.5. Sanções premiais: nudges para uma mudança cultural entre os operadores do Direito	265
CONCLUSÕES	277
EPILOGUE	293
REFERÊNCIAS	297
JULGADOS REFERIDOS	335